

Caos ecológico e falta de planejamento

JÓRGE L. PAES RIOS

Professor Titular da Universidade Católica de Petrópolis, doutorado em Recursos Hídricos pela Universidade de Grenoble, França.

Segundo o autor, como a questão ambiental é muito ampla e essencialmente disciplinar, toda espécie de profissional se julga credenciado a resolver sozinho os problemas amazônicos. Mas a verdade é que não existe um plano de ocupação daquela região — que envolve outros países além do Brasil — embora existam pessoas qualificadas para tanto — e “antes que seja tarde”.

Vimos assistindo, através de todos os meios de comunicação, um intenso debate sobre a agressão ao meio ambiente mundial, em geral, e sobre a ocupação da Amazônia em particular. Nunca se gastou tanta energia e papel (e, indiretamente, madeira) escrevendo-se sobre o assunto. O debate e a discussão é sempre saudável e tem como conseqüência imediata o despertar de uma consciência ecológica que se faz necessária nas gerações atuais que aprenderam nas escolas sandices do tipo que os animais se dividem em úteis e nocivos e que a Natureza precisa ser dominada. Alguns podem alegar que esta posição vem desde os primórdios e que foi necessária à sobrevivência do homem na Terra. Todavia, isto não aconteceu em todas as culturas, e temos exemplos de civilizações que, em graus diferentes, conseguiram uma certa harmonia com a Natureza.

O homem começa atualmente a voltar as suas atenções para o ambiente em que vive e que durante séculos explorou sem se preocupar com as alterações que nele se processavam, direta ou indiretamente, devido às suas atividades. O homem vive da natureza, dela tira o seu sustento e para ela lança os restos da sua atividade.

Devido à sua biologia de omnívoro, o homem é um animal predador por excelência. Tendo começado, como todo o animal, por procurar satisfazer as suas necessidades elementares de alimentos e abrigo, passou, com o tempo, a ter necessidades e formas de as satisfazer cada vez mais complexas e diversificadas, ao mesmo tempo em que continuam suas necessidades elementares.

Vive-se numa sociedade em que o consumo exacerbado e o conseqüente desperdício dos recursos naturais constituem um objetivo do desenvolvimento e só recentemente começaram a surgir as preocupações com o ambiente. Todavia, deve-se dizer que muitos interesses particulares estão em causa e chegam mesmo a entrar certas medidas que já poderiam ter sido tomadas. Pode-se citar a propósito um trecho de um discurso proferido por U-Thant em 1969, quando ainda Secretário-Geral da ONU:

“Não desejo ser excessivamente dramático. Apenas posso concluir, das informações de que disponho como Secretário-Geral, que os países-membros das Nações Unidas têm cerca de dez anos para superar antigos litígios e lançar uma ação global no sentido de limitar a corrida aos armamentos, melhorar o ambiente humano, controlar a exploração demográfica e conjugar os esforços necessários ao desenvolvimento. Se tal ação não

for empreendida na próxima década, receio bem que os problemas que referi atinjam proporções tais que escapem à nossa capacidade de controle”.

O Homem tem que buscar um novo equilíbrio e esta tarefa é urgente sob pena de se pagar um preço muito alto no futuro. Em 1971, o Clube de Roma já chamava a atenção para esse assunto em *The Limits of Growth*. Esse equilíbrio passa necessariamente por uma reeducação ecológica e pela formação de uma nova consciência. A única pergunta cabível é se haverá tempo suficiente para se atingir esse estágio. O Homem não sabe a resposta mas não lhe resta outra alternativa senão tentar.

Nesta tentativa estabelece-se uma confusão, que acreditamos fazer parte do processo evolutivo, uma vez que as variáveis envolvidas são tantas e as interações parcial ou totalmente desconhecidas. O próprio Clube de Roma, através da equipe do MIT, contratada para o estudo, simplificou demais a questão considerando apenas cinco variáveis básicas como sendo relevantes, a saber: crescimento populacional, poluição, recursos naturais, produção agrícola e produção industrial.

Esquecendo-se da diversidade sócio-econômica-cultural e até geográfica do mundo (um esquecimento ou ignorância tipicamente americanos) a equipe do MIT tratou a Terra como sendo um sistema único a que denominou de Modelo Global, chamando a atenção, todavia, para o fato de que um modelo é apenas um conjunto ordenado de hipóteses.

Um modelo como este constitui, na realidade, uma tentativa de compreensão de alguns aspectos de um mundo extraordinariamente diversificado, através da seleção de um conjunto de observações gerais aplicáveis ao problema em causa, com base em conhecimentos e experiências anteriores. Um agricultor utiliza um modelo mental em função da sua terra, disponibilidades financeiras, perspectivas do mercado e condições climáticas, e decide assim o que deve plantar em cada ano. Um economista recorre a modelos matemáticos para compreender e prever os fluxos de comércio internacional.

Os centros de decisão, a qualquer nível, utilizam com maior ou menor consciência modelos mentais para escolher as políticas que moldarão o mundo futuro. Estes modelos são necessariamente muito simples quando comparados com a realidade de que foram abstraídos. Daí resultam tantos erros. As características do cérebro humano permitem apenas reter um número limitado das complexas interações que determinam a natureza do mundo real. Qualquer modelo pode ser considerado como esquemático e, portanto, incompleto e imperfeito, sendo importante saber, entre outras coisas, quais as suas limitações.

Apesar de todas estas limitações, a equipe do MIT chegou a diversas conclusões bastante interessantes e já amplamente difundidas. Referir-nos-emos aqui somente às três mais importantes e de caráter genérico:

1) A manterem-se as tendências atuais de crescimento da população, industrialização, poluição, produção alimentar e utilização de recursos, atingir-se-ão os limites do crescimento no nosso planeta dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade produtiva.

2) É possível alterar estas tendências e criar condições de estabilidade ecológica e econômica, numa perspectiva de muito longo prazo. O estado de equilíbrio global pode ser concebido de forma a garantir a todas as pessoas a satisfação das necessidades materiais básicas e a igualdade de oportunidades que assegure a cada um a sua plena realização humana.

3) Se a população mundial decidir enveredar por esta última alternativa, quanto mais cedo começar a trabalhar nesse sentido maiores serão as probabilidades de sucesso.

DAE

VOL 49 - Nº 155 - ABR/JUN 89

Quando encaramos a questão ambiental na Amazônia vemos também que a confusão é geral. Misturam-se componentes históricas, geográficas, econômicas, sociais, culturais e ecológicas num verdadeiro emaranhado de opiniões de "especialistas amazônicos e ambientalistas" que a esta altura brotam de todo o canto do Brasil e até do Exterior. Como a questão ambiental é muito ampla e essencialmente multidisciplinar, toda espécie de profissional se julga "credenciado" a resolver sozinho os problemas amazônicos. Junte-se a estes, chamados de "bem intencionados", aqueles que possuem na região interesses próprios e particulares que não têm nada a ver com o bem comum, com o futuro do Brasil nem da Humanidade.

Temos assistido ultimamente a uma saravada de opiniões oficiais e não-oficiais, particulares e empresariais, internas e externas, especializadas e leigas sobre a Região que são evidentemente conflitantes. Os conflitos surgem das opiniões e interesses diversos, legítimos e excusos, cabendo à Nação, portanto, afastar os interesses excusos e administrar os conflitos atuais e futuros em benefício da sociedade brasileira.

No meio de tantas opiniões e confusões chega-se a um denominador comum: não existe um Plano para a ocupação racional da Amazônia. Existem alguns planos, projetos e idéias isoladas e setoriais, como o Projeto Nossa Natureza (de visão preservacionista apenas) e o Projeto Calha Norte (que enfoca principalmente objetivos estratégicos militares). Existem alguns projetos de aproveitamento de recursos hídricos importantes, existem diversos estudos ambientais específicos e a ocupação agrícola e pecuária da Região é um tema, no mínimo, explosivo.

A Nação não sabe o que fazer com a Amazônia, o Governo muito menos e os países estrangeiros têm algumas "idéias". E trata-se de um dos maiores patrimônios do Brasil.

Só para citar algumas "idéias brilhantes" publicadas ultimamente nos jornais lembramos:

— A Amazônia é o pulmão da Humanidade e como tal é intocável.

— Para preservar (sic) a Amazônia podemos vendê-la em grandes lotes para entidades estrangeiras interessadas em preservá-la.

— Os índios são os únicos donos da floresta e dos recursos naturais.

— Existem países estrangeiros interessados em ocupar a Amazônia.

— Para a geração de eletricidade devemos parar de construir usinas hidroelétricas.

— O Brasil pode trocar a dívida externa pela preservação da Amazônia.

Isto já dá mais um grande samba-enredo para o crioulo doído.

É demais. O Febeapá ecológico-político-demagógico aumenta todos os dias. E como! Isto acontece devido às indefinições para a ocupação da Região. Este estado de coisas só interessa àqueles que, de uma forma ou de outra, estão se locupletando com a situação. São "fazendeiros, mineradores e desbrava-

dores" que tomam subsídios, pagos pela sociedade brasileira, para promover queimadas e destruição e aplicar ainda no mercado financeiro. Uns enriquecem provocando destruição enquanto a população rural é submetida ao trabalho escravo. Os interesses econômicos envolvidos são enormes. Quanto o Brasil está perdendo por não saber (ou não querer) explorar racionalmente suas riquezas?

Caberia ao Poder Público elaborar, através de órgãos e entidades competentes, um Plano Diretor para a Ocupação da Amazônia Brasileira. Tal plano, elaborado por especialistas, após amplo debate com a sociedade de um modo geral e com as comunidades e grupos interessados, apresentaria as diretrizes e normas para uso e ocupação do solo, aproveitamento de recursos renováveis e não renováveis, aproveitamento do potencial turístico da região, preservação da flora, da fauna e das belezas naturais, preservação dos espaços e da cultura indígena, aproveitamento agrícola e pecuário, otimização dos sistemas de transportes, urbanização e saneamento das vilas e cidades.

É evidente que tal planejamento tem de ser integrado e envolveria dezenas de órgãos e talvez até centenas de pessoas. Mas tudo isto seria possível através de uma coordenação eficiente e operacional. Possuímos no Brasil técnicos de todas as áreas de conhecimentos capazes de realizar esta tarefa e algumas empresas de consultoria nacionais com ampla experiência nos assuntos que teriam de ser abordados.

Para simplificar a questão — se é que se pode simplificá-la — temos que partir de premissas básicas sem as quais a discussão geraria o caos e seria infundável. Senão, vejamos:

— A Amazônia tem donos que são, em última instância, os países do chamado Pacto Amazônico, sendo que a maior parte está em território brasileiro.

— A Amazônia forma um ecossistema específico e que, como tal, necessita de atenção especial.

— A Região possui inúmeras riquezas, renováveis e não renováveis, que podem e devem ser exploradas economicamente de maneira eficiente e racional.

— Está em curso atualmente um processo de ocupação territorial, seja através de pessoas físicas ou de empresas nacionais e estrangeiras que precisa ser revisto, para que a Nação, como um todo, tenha um maior aproveitamento dos benefícios e não venha a se arrepender mais tarde.

— Os sistemas viários (marítimo, fluvial, ferroviário e rodoviário) devem ser otimizados.

— Os recursos florestais assim como os recursos hídricos, principais riquezas renováveis da região devem merecer uma atenção especial do Poder Público para se ter um rendimento ótimo.

— A política de exploração e comercialização dos recursos minerais merece intensa discussão pelo próprio fato de não serem renováveis.

— A sociedade brasileira cobra e fica aguardando uma decisão política de suma importância: que o governo estabeleça junto com essa sociedade as Diretrizes Políticas para a ocupação da Amazônia. Antes que seja tarde.